

BOLETIM DE LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS DO TJMG

Periodicidade: semanal

Nº 110– Outubro/2009

Período de: 03.10 a 09.10.2009

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
LEI COMPLEMENTAR 132	DOU, 08.10.2009	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, e dá outras providências.	Base de legislação, disponível no site www.planalto.gov.br , opção legislação

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO N. 45.188	Jornal Minas Gerais, 03.10.2009	Altera o Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto n. 43080, de 13 de dezembro de 2002, e dá outras providências.	Jornal Minas Gerais impresso, disponível nas Bibliotecas do Tribunal Ou Base de legislação, disponível no site www.alemg.gov.br/legislacao .
DECRETO N. 45.189	Jornal Minas Gerais, 03.10.2009	Altera o Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto n. 43080, de 13 de dezembro de 2002.	
DECRETO N. 45.190	Jornal Minas Gerais, 07.10.2009 e 08/10/2009, por incorreção.	Altera o Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto n. 43080, de 13 de dezembro de 2002, e dá outras providências.	

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO	Dje, 05.10.2009	De ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador Sérgio Antônio de Resende, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, e nos termos da Lei Complementar nº 59, de 18/01/2001 e do art. 3º da Resolução 458/2004, de 24/11/2004, comunico que não haverá expediente nos Órgãos do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, no dia 26 de outubro de 2009, DIA DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO, ficando prorrogados para o primeiro dia útil subsequente os prazos que vencerem naquela data.	
Portaria nº 2.362/2009	Dje, 05.10.2009	Dispõe sobre a comemoração do "Dia do Funcionário Público" no ano de 2009.	

Portaria-Conjunta nº 160/2009	Dje, 07.10.2009	Dispõe sobre programa de trabalho a ser estabelecido pelos Juízes de Direito do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais, para julgamento, até 18 de dezembro de 2009, dos processos abrangidos pela "Meta 2" do Conselho Nacional de Justiça, e determina outras providências.	<p>1) Diário do Judiciário eletrônico, disponível no site http://dje.tjmg.jus.br</p> <p>ou2) Base de atos normativos do TJMG, disponível no portal www.tjmg.jus.br, opção Consulta/Atos normativos</p>
PORTARIA Nº 3116/2009 (3ª.VICE-PRESIDÊNCIA)	Dje, 07.10.2009	[AUTORIZA a instalação e funcionamento do Juizado de Conciliação Comarca de Belo Horizonte, em funcionamento na Secretária de Administração Municipal Regional Nordeste, com sede na Rua Queluzita, 45, Bairro São Paulo.	
PORTARIA Nº 3117/2009 (3ª. VICE-PRESIDÊNCIA)	Dje, 07.10.2009	[AUTORIZA a instalação e funcionamento do Juizado de Conciliação Comarca de Belo Horizonte, em funcionamento na Associação Arte pela Paz, com sede na Avenida Olegário Maciel, 1233, Bairro Lourdes.	
PORTARIA Nº 3124/2009 (3ª. VICE-PRESIDÊNCIA)	Dje, 07.10.2009	[REATIVA o Juizado de Conciliação da Comarca de Belo Horizonte, em funcionamento na Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, com sede na Rua Paracatu, nº 304, Bairro Barro Preto.]	
PORTARIA Nº 3125/2009 (3ª. VICE-PRESIDÊNCIA)	Dje, 07.10.2009	[AUTORIZA a instalação e funcionamento do Juizado de Conciliação da Comarca de Araxá, localizado no Centro Universitário do Planalto de Araxá – UNIARAXÁ, com sede na Avenida Ministro Olavo Drummond, nº 5, Novo São Geraldo, Araxá – MG.	
PORTARIA Nº 3126/2009 (3ª. VICE-PRESIDÊNCIA)	Dje, 07.10.2009	[AUTORIZA a instalação e funcionamento do Juizado de Conciliação da Comarca de Uberlândia, localizado na Sociedade Católica de Educação de Uberlândia - SOCEUB, com sede na Rua Padre Pio, 300, Bairro Martins, Uberlândia – MG.]	
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA			
Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral

PORTARIA Nº 948/CGJ/2009	Dje, 06.10.2009	Disciplina a suspensão dos prazos processuais relativos aos feitos que tramitam na 5ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte.	1) Diário do Judiciário eletrônico, disponível no site http://dje.tjmg.jus.br ou 2) Base de atos normativos da Corregedoria, disponível no portal www.tjmg.jus.br , opção Corregedoria/atos normativos.
-----------------------------	-----------------	---	---

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
Súmula 391	DJe 07/10/2009	O ICMS incide sobre o valor da tarifa de energia elétrica correspondente à demanda de potência efetivamente utilizada.	Site www.stj.jus.br , opção consulta, súmulas
Súmula 392	DJe 07/10/2009	A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução.	
Súmula 393	DJe 07/10/2009	A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória.	
Súmula 394	DJe 07/10/2009	É admissível, em embargos à execução fiscal, compensar os valores de imposto de renda retidos indevidamente na fonte com os valores restituídos apurados na declaração anual.	

Súmula 395	DJe 07/10/2009	O ICMS incide sobre o valor da venda a prazo constante da nota fiscal.
Súmula 396	DJe 07/10/2009	A Confederação Nacional da Agricultura tem legitimidade ativa para a cobrança da contribuição sindical rural.
Súmula 397	DJe 07/10/2009	O contribuinte do IPTU é notificado do lançamento pelo envio do carnê ao seu endereço.
Súmula 398	DJe 07/10/2009	A prescrição da ação para pleitear os juros progressivos sobre os saldos de conta vinculada do FGTS não atinge o fundo de direito, limitando-se às parcelas vencidas.
Súmula 399	DJe 07/10/2009	Cabe à legislação municipal estabelecer o sujeito passivo do IPTU.
Súmula 400	DJe 07/10/2009	O encargo de 20% previsto no DL n. 1.025/1969 é exigível na execução fiscal proposta contra a massa falida.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO 90	DOU, 09.10.2009 e DJe de 09.10.2009	Dispõe sobre os requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário.	Site www.cnj.jus.br/atos do Conselho
RESOLUÇÃO 91	DOU, 09.10.2009 e DJe de 09.10.2009	Institui o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário e disciplina a obrigatoriedade da sua utilização no desenvolvimento e manutenção de sistemas informatizados para as atividades judiciárias e administrativas no âmbito do Poder Judiciário.	

Edição e publicação: GEDOC/COBIB em parceria com a GEJUR/CODIT

Sugestões ou críticas:
E-mail: gedoc@tjmg.jus.br